

Literatura: a voz da escritora negra

Literature: the voice of black woman writer

Maria Cristina Maciel¹

Resumo: O presente artigo discute como a representação das experiências das mulheres negras por meio da literatura contribuem para eliminar o racismo presente nas relações sociais. Racismo que é reforçado pela estética do branqueamento veiculada pela mídia e fortalecido pela exclusão dessa literatura do cânone literário. Nesse caso, torna-se fundamental refletir sobre a importância da literatura negra como uma marca de pertencimento étnico, dando voz a um grupo silenciado e marginalizado historicamente. Reivindicar uma literatura negra com o recorte de gênero é desconstruir o mito de inferiorização, é reivindicar a alteridade não como apartação, mas sim como uma valorização da marca de pertencimento étnico. Por isso, a publicação e a análise de obras de escritores negros constituem uma necessidade política de desconstruir “verdades” cristalizadas pela misoginia e pelo racismo. A pluralização das vozes no espaço literário pode tirar a literatura da servidão a um pensamento hegemônico de uma sociedade dominadora. Escrever, publicar e ensinar é afirmar um espaço, ecoando a voz e marcando a existência.

Palavras-chave: Gênero; Etnia; Racismo; Literatura; Ensino.

Abstract: This article discusses how the representation of black women’s experiences through the literature contributes to eliminate the racial discrimination. Racism that is reinforced by the aesthetics of bleaching media and strengthened by the exclusion of this literature from the literary canon. In this case, it becomes fundamental to reflect on the importance of “black literature” as a mark of ethnic belonging, giving voice to a group silenced and marginalized historically. To claim a black literature with the gender cut is to deconstruct the myth of inferiority, to claim alterity not as an apparition, but as a valorization of the brand of ethnicity. For this reason, the publication and analysis of works by black writers constitute a political necessity to deconstruct “truths” crystallized by misogyny and racism. The pluralization of voices in literary space can take literature from servitude to a hegemonic thought of a dominating society. Writing, publishing and teaching is affirming a space, echoing the voice and marking the existence.

¹ Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília – Brasil. E-mail: mcmcris09@gmail.com.

Keywords: Gender; Ethnicity; Racism; Literature; Teaching.

Reivindicar a alteridade é re-afirmar a identidade negra, combatendo o câncer do racismo ainda presente em nossa sociedade.

Conceição Evaristo

1. Uma questão de gênero

Historicamente a cultura patriarcal desenhou um quadro de inferiorização da mulher, destinando-lhe um papel secundário na sociedade. Durante séculos a mulher foi confinada ao “sepulcro do silenciamento”, sem voz nem vontade. A herança da sociedade patriarcal ainda é visível na atual relação entre gêneros que subalterniza a mulher, na feminização da pobreza, na violência doméstica, no feminicídio e na visão do corpo feminino como objeto sexual que existe apenas para satisfazer os desejos do macho ativo. Isto porque a identidade sexual da mulher não é determinada apenas pelo fator biológico, mas é culturalmente pré-estabelecida pelos fatores psicológicos e sociológicos, ou seja, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, v. 2, p. 9).

A autoria feminina e o acesso das mulheres à leitura foram marcados por condições históricas determinadas, como pode ser observado no estudo desenvolvido por Angélica Monteiro e Guaraciara Leal (1998). Ao traçarem o panorama da construção da cidadania feminina e da história das mulheres, as autoras asseguram que as mulheres ao longo da história tiveram que negociar veementemente sua existência histórica.

Por ter a voz silenciada por muito tempo, as mulheres ocultaram os seus escritos diante de uma vasta literatura misógina que as fazia acreditar que a melhor das mulheres era inferior ao pior dos homens. Nesse universo masculino, o conceito de feminilidade passa, necessariamente pela submissão, subserviência, negação de si mesma, brandura, docilidade, maternidade e abnegação, por isso não é difícil imaginar como a escrita de mulheres constitui-

se num espaço difícil de ser negociado. A reconstrução da história feminina deve ser feita através dos rastros deixados por elas em seus diários íntimos e correspondências. Pelo fato das mulheres serem encobertas nos documentos e registros, os arquivos e registros da vida privada se tornam a fonte para a reconstrução de um passado que ainda hoje no presente reivindica a presença da mulher na história.

O universo literário é rico na representação da mulher nos seus múltiplos estereótipos, como, por exemplo, o da mulher-anjo (doce, meiga e pura) e o da mulher-demônio (lasciva, ardilosa, irresponsável), mas nunca como protagonista de sua história e representação. Certamente essas estereotípias justificam o rebaixamento social da mulher e reforçam o modelo misógino do cânone em que a mulher é excluída enquanto escritora e secundarizada enquanto personagem, legitimando a condição subalterna da mulher na sociedade.

Quebrar a hegemonia masculina na autoridade interpretativa, tirar a mulher das margens e colocá-la no centro da produção e crítica literária é um dos papéis da crítica feminista. Nesta perspectiva, a revisão historiográfica da literatura busca quebrar paradigmas, questionando e investigando a supremacia do cânone como estética pertencente a uma classe dominante e reivindicando uma mudança da postura política nas edições de obras de autoria feminina, a fim de tornar as mulheres visíveis no mundo editorial.

No Brasil, a inserção das mulheres no campo discursivo foi marcado por contínuas e difíceis negociações. Apesar do conhecimento da participação de mulheres em rebeliões e lutas políticas, predomina a invisibilidade feminina nos registros históricos oficiais.

2. Questões de gênero e raça

A hierarquização do gênero pode ser comparada à hierarquização racial. Embora o conceito de raça tenha sido desacreditado pela Biologia, ele permanece presente no imaginário social. Ele foi reforçado no século XIX com a teoria evolucionista de Charles Darwin, apropriada para afirmar não só a

diferença entre as supostas raças humanas, mas a superioridade de umas sobre as outras, havendo uma tendência natural das raças superiores em submeter e substituir as outras. Estes argumentos vão sustentar o desenvolvimento da eugenia de Spencer, que defendia a pureza das raças e a existência de raças superiores.

A hierarquização racial é bem visível no Brasil, com sua fundação escravocrata permeada por violência sexual, mutilações, açoites, separação dos membros de uma família, castigos corporais e a negação da identidade humana aos negros. Tal ideologia ainda é latente na sociedade e se manifesta através do racismo e do preconceito, que fazem parte de mecanismos sociais que procuram silenciar os negros para que permaneçam marginalizados. Muitas vezes, o discurso racista vem disfarçado de “democracia racial”, discurso questionado pela crítica da impossibilidade de existência de uma democracia em uma sociedade latifundiária em que o negro era o escravo, a força geradora de riquezas para o senhor de engenho. O mesmo racismo que predominou, ainda após a abolição da escravidão em 1822, quando foi descartado o aproveitamento da mão de obra assalariada do negro, dando-se preferência ao imigrante europeu. No discurso dos intelectuais da época, a imigração constituía a solução para o embranquecimento da sociedade brasileira.

Assim como os estereótipos da representação da mulher a rebaixam socialmente, a estereotipia negativa do negro condenou a sociedade à desigualdade e à certeza de que o mundo foi construído pelo homem branco para o homem branco. Desta forma, a mesma ideologia que elabora, justifica e dissemina o princípio da inferioridade da mulher, justifica também a do negro. Esta é a principal razão da ausência de escritura negra no cânone literário, espaço por excelência restrito e elitizado.

Espaço restrito porque dominado por uma ideologia visível nas histórias populares, nos provérbios e anedotas de subalternização do negro e interiorização de uma inferioridade epidérmica. Elitizado porque exige a sanção do branco para que se apresente como legítimo. Os estereótipos que habitam o

imaginário social reverberam na representação do negro na literatura de forma negativa e reforçam a permanência da inferiorização.

No caso das mulheres negras, o preconceito é ainda maior, pois são marginalizadas duplamente, pelo gênero e pela etnia. Assim, falar em “literatura negra e feminina” é duplamente reivindicar a existência e o pertencimento étnico, tornando visível o que por muito tempo foi invisibilizado.

Neste artigo pretende-se estabelecer um diálogo com as escritoras negras na sua reivindicação do espaço da fala. A construção deste espaço de contestação e reivindicação de visibilidade ocorre mediante a linguagem, expressão máxima do ser humano, instrumento da literatura.

3. A literatura negra

A literatura como expressão humana não pode subtrair os negros e as mulheres do espaço de criação. Escritoras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Geni Guimarães, Conceição Evaristo, Sônia Fátima da Conceição, Lia Vieira, Miriam Alves, Ana Maria Gonçalves e Marilene Felinto são exemplos da força da ancestralidade que desvela o cotidiano das mulheres negras brasileiras, a partir do olhar feminino sobre os dilemas da vida dos negros nos espaços rurais e urbanos, e revelam aspectos que o poder dominante escondeu. A escrita produzida por essas mulheres quebra padrões impostos pela estrutura dominante de invisibilidade das mulheres e dos negros.

O termo *literatura negra* é entendido neste estudo como a resistência ao silenciamento imposto à sua desvalorização na hierarquia social, tornando-se revolucionário, por ser um enfrentamento da herança patriarcal e racista, base da sociedade brasileira. Ela é uma luta contra a invisibilidade e uma reivindicação da alteridade e da existência. Em termos de literatura, é a luta contra a ditadura da narrativa, em que o dominador tem seu lugar de fala legitimado.

É uma escrita que tem suas origens na senzala e emerge com sua força ancestral, para contar a sua história com o corpo e entranhas, fazendo ecoar a

voz coletiva de um povo e tornando visível o que foi ocultado, silenciado e desacreditado. As escritoras negras tiram das sombras a história que foi sepultada pelo poder. Como assinala Conceição Evaristo, “ao tecer as palavras, as mãos negras pintam sonhos e desencarceram outras versões históricas que podem contribuir para uma sociedade plural e mais solidária”.

Além disso, as narrativas descontroem o estereótipo que a literatura canônica construiu para a mulher negra. Também, é possível perceber em suas obras o diálogo com questões relevantes da agenda feminista, como o corpo e sexualidade, a violência, as relações familiares e a exclusão social. Cabe lembrar a trajetória intelectual das autoras e a militância nos movimentos sociais, a exemplo de Conceição Evaristo.

Um percurso teórico

A literatura como linguagem é uma construção discursiva que expressa valores éticos, culturais, políticos e ideológicos. Basta observar que a legitimação da literatura passa pela crítica e historiografia literárias oficiais. Como bem enfatiza Dominique Maingueneau (2006, p. 7), “a literatura não é apenas um meio que a consciência tomaria emprestado para se exprimir, é também um ato que implica instituições, define um regime enunciativo e papéis específicos dentro de uma sociedade”.

Isto quer dizer que as obras literárias se alimentam não só de outras obras como também de relações com enunciados que nada têm a ver com a literatura, revelando a ação das forças sociais sobre a literatura, já que a obra literária se apresenta carregada de representações sociais, sinais, gestos e palavras cujos sentidos são construídos socialmente. Como bem salienta Bourdieu (1998), a estrutura presente nos sistemas simbólicos, e que orienta as ações dos agentes sociais, reproduz em novos termos as principais diferenciações e hierarquias presentes na sociedade, ou seja, as estruturas de poder e dominação social.

A afirmação de Pierre Bourdieu fica evidente com a investigação desenvolvida por Dalcastagnè (2008) que, ao fazer o levantamento das ausências na literatura contemporânea, observa que os séculos de racismo

afastam dos espaços de poder e de produção de discurso determinados grupos sociais, principalmente os negros, que são invisibilizados e silenciados. A sua afirmação foi resultado da análise de 258 romances, publicados nos últimos 15 anos, pelas três maiores editoras do Brasil: Companhia das Letras, Record e Rocco. Em sua análise, a pesquisadora verificou que 93,9% dos escritores são brancos; 2,4% são não-brancos; e 3,6% não identificados. O resultado revela que existe uma baixa presença da população negra entre as personagens, que, além disso, costumam ser representados de forma estereotipada: bandidos/contraventor, empregado doméstico, escravo e profissional do sexo. Para a autora, a ausência da população negra na literatura pode ser justificada pelo fato de ela ser um espaço em que são produzidas e perpetuadas determinadas representações sociais. Por isso, ela deixa de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida, eliminando tais questões dos discursos públicos, incluindo o romance.

A visão de que a sociedade brasileira, pautada em hierarquias de um poder que legitima a visão do belo da classe dominante e pouco considera a literatura afro-brasileira, é também enfocado por Álvaro Hattnher (2009), ao observar a superficialidade com que são tratados os poetas afro-brasileiros pelo historiador da literatura brasileira Alfredo Bosi. Em sua investigação, Hattnher aponta a ausência da produção literária afro-brasileira posterior à Semana de Arte Moderna. Apenas em 1943, surge a obra de Roger Bastide, sociólogo “francês abasileirado”, na expressão de Gilberto Freyre, que busca compreender a “identidade brasileira”. Depois disso, temos a publicação, em 1959, da obra de Raymond Sayers: *O negro na literatura brasileira*. Nessa obra, o negro aparece como tema e não como criador de literatura, sendo apresentados por Raymond Sayers os diferentes tipos de negro: o melancólico, o escravo nobre e o escravo sofredor. Para o autor, essas visões estão de acordo com as diversas perspectivas sobre a escravidão presentes nas obras que pertencem a um determinado contexto literário.

Hattnher (2009) observa que nas últimas décadas ocorreu uma revolução na crítica literária, com o surgimento de forças que desbravam o

território literário canonizado. Por exemplo, no ano de 1983, foi publicado *Raça e cor na literatura brasileira*, de David Brookshaw e em 1987, de Zilá Bernd, *Negritude e literatura na América Latina*. Além disso, ocorreu o aumento do interesse das editoras pela produção literária negra. Neste contexto é que foram publicadas duas obras fundamentais para os estudos de literatura negra no Brasil: *Poesia negra no Modernismo brasileiro*, de Benedita Gouveia Damasceno, e *Introdução à literatura negra*, de Zilá Bernd.

Hattner (2009) acredita que a demora na publicação das obras comprova os mecanismos de exclusão da literatura afro-brasileira, que atingem não só as suas expressões, mas também seus discursos críticos. Existe inclusive uma discussão acerca da denominação “literatura negra brasileira” ou “literatura afro-brasileira”, já que reivindicar o termo *negro* é uma autoafirmação enquanto coletividade e uma atitude política que legitima o lugar de fala do escritor que é dono do seu discurso e enunciador da sua experiência de ser negro na sociedade.

A literatura negra representa a expressão imaginativa dos escritores negros, tanto na exaltação da especificidade identitária, como inclusão histórico-social, e um meio de denúncia e resistência ao racismo. Neste entendimento, a literatura afro-brasileira é uma contranarrativa, já que é comprometida com a reescrita da história, a partir do ponto de vista da classe que foi subalternizada. Isso vale, principalmente, para a produção literária da mulher negra.

Sobre o assunto, Heloisa Gomes (2004) reconhece que a escrita da mulher negra é construtora de pontes entre o passado e o presente, pois traduz o saber e a experiência de mulheres através das gerações e as experiências de autoras de diferentes idiomas e nacionalidades que possuem a paixão do narrar. A palavra é utilizada, por estas mulheres, como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento e de alavanca do mundo. Gayatri Spivak (2010) afirma que a classe subalterna precisa de uma arma fundamental para sua emancipação, que é a voz. Essa voz é a sua expressão reivindicatória e uma arma para sua organização enquanto classe, pois sem voz, não existe uma

classe, apenas um aglomerado de seres à margem. A autora reconhece que a opressão da classe dominante sobre as camadas mais baixas da sociedade é realizada através do silenciamento. Mesmo que o subalterno fale, não consegue ser ouvido, sendo o seu discurso emudecido, por não ter quem o ouça.

Para Anzaldúa (2000), a escrita dessas mulheres é marcada pelo gênero, classe e etnia, tornando visível o que a sociedade insiste em deixar em um canto empoeirado da história. Escrever é um ato revolucionário, pois não há permissão para que essa escrita se realize. Obstáculos se erguem para que a escrita feminina e negra se realize.

A existência de requisitos de uma sociedade patriarcal e branca, tais como o branqueamento da escrita, a busca por temas universais ou valores de uma cultura dominante, o distanciamento da identificação de gênero, classe e raça, enfim, escrever como um homem são alguns dos requisitos para que uma determinada escrita seja considerada literária.

O que a autora demonstra é que a escrita dessas mulheres rompe os estereótipos construídos: negra pronta para o trabalho, mulata ávida por sexo, capacidade intelectual inferior. Essa escrita é uma resposta aos anos de enclausuramento, agressão e humilhação que o povo negro, especificamente, a mulher sofreu e ainda sofre. A escrita feminina e negra quebra estereótipos e reivindica uma história sob uma nova perspectiva, rompendo a visão de uma história única. Tal comprometimento etnográfico na escrita das mulheres contribuiu para a visibilidade do povo negro e sua valorização enquanto ser humano.

Segundo Anzaldúa (2000) o movimento feminista por muito tempo ignorou as demandas da mulher negra, generalizando a questão feminina em uma única pauta, porém, isso tem mudado. Gayatri Spivak (2010) afirma que a classe subalterna precisa de uma arma fundamental para sua emancipação, que é a voz. Essa voz é a sua expressão reivindicatória e uma arma para sua organização enquanto classe, pois sem voz, não existe uma classe, apenas um aglomerado de seres à margem. A autora reconhece que a opressão da classe

dominante sobre as camadas mais baixas da sociedade é realizada através do silenciamento. Mesmo que o subalterno fale, não consegue ser ouvido, sendo o seu discurso emudecido, por não ter quem o ouça.

Assim, a existência de escritoras reivindicando seu espaço de fala é um meio de contestação e reivindicação da visibilidade feminina, já que não podemos universalizar a experiência da mulher e nem tampouco falar por ela ou por qualquer outro ou outra.

Para Anzaldúa (2000) a internalização da ideologia que inferioriza a raça negra produziu modelos e efeitos nefastos na vida dessa população, como baixa autoestima que resulta em problemas de aprendizagem e dificulta a ascensão social.

Esta afirmação é visível em alguns estereótipos existentes na sociedade brasileira: negro bom é o negro quieto, calado e que sabe qual é o seu lugar, ou seja, seu lugar é a ocupação de cargos menos prestigiados, assim como, é o espaço às margens, a ele destinado. A cidade dos negros é a favela, em que ele é encarcerado entre os muros sociais que barram sua mobilidade.

Nesta perspectiva, a escrita feminina e negra significa recuperar a humanidade roubada, como também, libertar a humanidade de ideologias opressoras que a faz “ser menos”; como pensava Paulo Freire (2005), reescrever a história sob o ponto de vista dos oprimidos é possibilitar uma reflexão humana para a inserção de uma nova história.

Roubadas na sua palavra e negadas na sua humanidade, proibidas de ser, encarceradas em estereótipos e estigmatizadas socialmente, as escritoras negras precisam derrubar os mitos que alimentam o preconceito racial, transformando a situação de silêncio em gritos de reivindicação da voz através da escrita da palavra. Através da ação, visto que a realidade e a sua transformação são produtos da ação humana

Para Anzaldúa (2000), a escrita dessas mulheres é marcada pelo gênero, classe e etnia, tornando visível o que a sociedade insiste em deixar em um canto empoeirado da história. Escrever é um ato revolucionário, pois não há permissão para que essa escrita se realize.

Assim, a existência de escritoras reivindicando seu espaço de fala é um meio de contestação e reivindicação da visibilidade feminina, já que não podemos universalizar a experiência da mulher negra e nem tampouco falar por ela ou por qualquer outro ou outra.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista de Estudos Feministas*, 1º sem. 2000, ano 8, p. 229-236.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERND, Zilá. *Literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHIAVENATO, Júlio J. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DALCASTAGNÉ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In: DUARTE, Eduardo de Assis Duarte; FONSECA, Maria Nazareth Soares ((Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, v. 4: História, teoria e polêmica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DALCASTAGNÉ, Regina. *Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf>. Acesso em: 17 nov.2015.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Heloisa Toller. Visíveis e invisíveis grades: vozes de mulheres na escrita afrodescendente contemporânea. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, EDUFU, v. 12, n. 15, p. 13-26, 2004. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/literafro>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- HATTNER, Álvaro. A poesia negra na literatura afro-brasileira: exercícios de definição e algumas possibilidades de investigação. *Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17, dez. 2009.
- MONTEIRO, Angélica; BARROS LEAL, Guaraciara. *A mulher da luta e dos direitos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SOUZA, Lorena Francisco; RATTTS, Alecsandro J. P. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. *Boletim Goiano de Geografia*: Instituto de Estudos Socioambiental, v. 28, n. 1, jan./jun. 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.